

Tags: meio ambiente, clima, mudança climática, ativismo, direitos humanos, direitos sociais, direitos ambientais, Amazônia, Brasil, COP27, democracia, eleições

ENTREVISTA – 21 de setembro de 2022

BRASIL: “Se Bolsonaro continuar como presidente, é uma ameaça para a Amazônia e, portanto, para a humanidade”

CIVICUS discute o estado do ativismo ambiental no Brasil com Daniela Silva, educadora popular socioambiental e cofundadora do Projeto Aldeias, um projeto de educação, arte, cultura e meio ambiente para crianças e jovens do município de Altamira, no estado brasileiro do Pará.



O que inspirou você a se tornar uma ativista ambiental?

Resido em um território que sofreu e sofre grandes impactos socioambientais após a implantação da Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu. E assim como milhares de pessoas, entre ribeirinhos, pescadores, indígenas, agricultores, barqueiros, mulheres e jovens, eu e minha família também tivemos a vida fortemente impactada pelo empreendimento.

Morávamos em um bairro chamado Aparecida, numa comunidade de vizinhos solidários, onde as crianças e os jovens brincavam nas ruas sem medo. Quando uma mãe saía, deixava os filhos na custódia do vizinho. Uma das minhas melhores lembranças é o quintal. Parecia uma chácara: tínhamos muitas árvores frutíferas, não precisávamos de dinheiro para comer frutas. A solidariedade era reforçada pelo sentimento comunitário, que a meu ver está intrinsecamente ligado ao sentimento de pertencimento ao território. Tudo isso foi destruído por uma proposta de "desenvolvimento" que desconsidera a subjetividade de povos e populações.

O deslocamento provocado pela construção da hidrelétrica de Belo Monte colocou as famílias para longe do Rio Xingu, separou comunidades que viviam há décadas juntas. Fragmentou laços comunitários. Esses impactos no território e na subjetividade tiveram como consequência negativa a desconexão com a natureza e com o sentimento de pertencimento amazônico. Não se sentir parte da Amazônia é perigoso, porque em geral, as pessoas só defendem aquilo que elas amam, conhecem e que se sentem parte.

Antes da construção da barragem, meu pai trabalhava como oleiro. Junto com minha mãe, que trabalhava como funcionária pública, eles criaram oito filhos. Com a construção da barragem, isto

acabou. Meu pai ficou desempregado e meus irmãos também. Meu pai começou a lutar pelo direito a uma aposentadoria irrisória. Meus irmãos foram obrigados a procurar bicos pela cidade. Foi uma época difícil! Percebi que adaptar-se a uma realidade imposta é uma das piores violências contra a dignidade humana.

Sou ativista dos direitos socioambientais e contra o racismo. Desde a adolescência não tive muita opção, se não a de lutar. Somos a natureza e por isso precisamos lutar pela natureza e garantir um presente e futuro melhor para nós e nossos filhos e filhas.

Como a sociedade civil brasileira se mobiliza em prol do meio ambiente e que desafios enfrenta?

Existem muitos movimentos ambientais da Amazônia se mobilizando para denunciar os crimes ambientais do governo do presidente Jair Bolsonaro, mas infelizmente as instituições jurídicas do nosso país não tem funcionado de acordo com a lei, nos deixando vulneráveis.

Temos muitas organizações da sociedade civil que já atuam há bastante tempo na Amazônia e em outros biomas e possuem o grande desafio de se manterem visto que há pouco acesso a recursos financeiros. maioria que pode se sustentar o faz com financiamento internacional, visto que há pouco incentivo no Brasil para a mobilização de recursos. A verdade, a sufocação financeira é uma das estratégias do atual governo. Além disso, vivemos um momento econômico muito instável e negativo, com grande inflação e queda no valor real da remuneração da população; em um país sem uma cultura da doação isso fica ainda mais complicado, com escassez de recursos para a manutenção das organizações e segurança daqueles que defendem o meio ambiente.

Ainda assim, vem surgindo novos grupos e coletivos – como o que lidero, Projeto Aldeias– que buscam defender a Amazônia e incluir jovens na liderança de movimentos em defesa de seus territórios.

Nosso desafio é gerar um espaço seguro, visto que somos constantemente ameaçados. Para conseguir trabalhar temos articulado parcerias com organizações experientes e que podem nos aconselhar sobre as melhores práticas de cuidado com nossa equipe, parceiros e até mesmo nas comunidades que são atendidas pelo nosso trabalho. O trabalho em rede nos ajuda a ter uma visão ampla e construir articulações potentes.

O que você acha do recente veredito do Supremo Tribunal Federal que reconhece o Acordo de Paris como um tratado de direitos humanos?

O Acordo de Paris é sem sombra de dúvidas um instrumento jurídico importante, e é bom que, como tratado de direitos humanos assinado pelo Estado brasileiro, ele tenha status constitucional. Mas, como os demais documentos jurídicos do Brasil, como a própria Constituição Federal, precisa ser colocado em prática, especialmente pelos gestores públicos, que seguem violando direitos humanos e ambientais além do que diz a Constituição do Brasil.

Para que o Acordo de Paris seja implementado no cotidiano da sociedade brasileira é preciso também que ele seja popularizado entre as pessoas que mais sofrem a crise climática: as populações indígenas, os habitantes ribeirinhos e a população negra que reside em periferias. Também é importante que a comunidade internacional pressione, por meio de ações enérgicas, o governo brasileiro a cumprir o acordo para além do papel.

O resultado das próximas eleições fará alguma diferença para suas lutas?

As eleições de outubro talvez seja uma das mais importantes da história do Brasil. Tem muito em jogo no que diz respeito à Amazônia. Bolsonaro, o atual presidente, liberou praticamente o desmatamento, grilagem de terra e garimpo ilegal em terras indígenas. Ele também está incentivando a violência contra defensores e defensoras dos direitos humanos e ambientais na Amazônia.

Com Bolsonaro não tem diálogo nem envolvimento da sociedade civil organizada nas tomadas de decisões relativas ao meio ambiente. Se Bolsonaro continuar como presidente, é uma ameaça para a

Amazônia e seus povos e, portanto, para a humanidade. Estamos vivenciando uma crise climática mundial e precisamos líderes mundiais preocupados em criar junto com a sociedade civil, a comunidade científica e a comunidade internacional propostas de curto, médio e longo prazo para enfrentá-la.

O avanço do desmatamento na Amazônia deveria ser um fator determinante para derrotarmos Bolsonaro nessas eleições, mas, infelizmente, não é. A sociedade brasileira permanece muito alheia à realidade da Amazônia. Os grandes centros urbanos do Brasil não reconhecem a realidade do cotidiano da floresta e de seus povos. A consequência do desconhecimento é a falta de posicionamento energético contra o atual ecocídio do governo Bolsonaro. Felizmente existem muitos movimentos ambientais da Amazônia tentando furar essa bolha para que a sociedade brasileira saiba o que está acontecendo e tome uma posição.

Agora, embora entendamos que é de suma importância derrotar Bolsonaro nessas eleições, também temos fortes críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT), que é seu principal oponente. Assim como os governos da direita, os governos do PT, liderados pelo atual candidato, Lula da Silva, e por sua sucessora Dilma Rousseff, também tiveram ações destrutivas do meio ambiente: de fato, Belo Monte foi construída durante os governos do PT, sem respeitar a lei e os acordos internacionais de direitos humanos e ambientais.

Mas, contudo, acreditamos que com Lula seria possível abrir diálogos e conseguir mais envolvimento da sociedade civil na tomada de decisões ambientais.

O que você acha que deve acontecer na próxima conferência climática COP27, e o que você acha que vai acontecer?

Primeiramente, avalio de suma importância a COP27 acontecer em território africano, porque as nações africanas estão entre as que mais sofrem com a crise climática provocada por uma pequena massa dominante de milionários brancos. Elas agora têm a oportunidade de ter maior envolvimento na COP27 e exigir mais assistência das nações mais ricas, que causaram a crise climática. Espero que nessa edição da COP seja viabilizada a implementação de promessas e metas acordadas. E que as mulheres, crianças e adolescentes possam ser protagonistas ativos nesse processo de luta por justiça social e ambiental.

Ainda que essa seja minha esperança, sabemos que a COP é um campo de conversas difíceis e que falta aos governos das grandes nações disposição de enfrentar a realidade das mudanças climáticas, especialmente quando se precisa investir financeiramente e assumir a redução de todos os danos que ainda são provocados pelo desenvolvimentismo. Estaremos atentos a todas as negociações e acordos. Estamos em um ponto crítico do clima e não há tempo para se perder.

Que tipo de apoio o ativismo ambiental do Brasil precisa da comunidade internacional?

A comunidade internacional é nosso aliado pela justiça climática, social e antirracista. Dar visibilidade ao trabalho dos ativistas e apoiar diretamente e indiretamente suas lutas é uma forma de ajudar. Assim como pressionar governos genocidas e ecocidas, como o de Bolsonaro, a respeitar os direitos humanos e ambientais. Estejam atentos às nossas lutas e ouçam a voz daqueles que estão no campo, nas periferias e na frente dessa guerra que vivemos diariamente.

O espaço cívico no Brasil é considerado “obstruído” pelo [CIVICUS Monitor](#).

Entre em contato com Daniela através do [LinkedIn](#), e siga [@projetoaldeias](#) no Instagram.